

Jovem se interessa por política? Resposta das juventudes às campanhas para eleição 2022 e participação em 2020 e 2018¹

Daniela Silva²
Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA

Resumo

Há um senso comum que adesiva nos jovens a imagem de desconectados da vida política, mesmo sendo este um dos públicos mais presentes nas grandes manifestações de ruas ocorridas no Brasil nos últimos anos, assim como existe a fama atribuída de apatia política on-line (GOHN, 2018; MORAIS, MILANEZI, LIMA, 2021). No entanto, dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (2022), divulgados após campanhas voltadas para a emissão do título de eleitor, e *websurvey* realizada com jovens de Salvador que se interessam por política (2021)³, que contempla perguntas sobre participação política em 2020 e 2018, revelam que o desejo por fazer parte dos processos políticos existe por parte desse segmento populacional. Os dados também atestam o potencial de mobilização desse público pelos ambientes digitais.

Palavras-chave

Jovens; Política; Internet; Eleições; Salvador.

Discutir o tema da participação política permite um amplo leque de possibilidades e, quando envolve o recorte dos jovens, emergem particularidades importantes. A começar pela tendência de relaciona-los à apatia política, um senso comum que pode ser tensionado quando analisados os resultados de mobilizações com foco neste público e quando investigadas evidências científicas que considerem os contextos.

Neste artigo, buscamos reunir referências teóricas que permitam ampliar o olhar sobre esse fenômeno e compreender as especificidades da participação política dos jovens. Também apresentamos dados do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TSE, TRE-BA, 2022), que revelam resultados de campanhas de mobilização com foco nos jovens.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da UFBA. Integrante do Grupo de Estudos Comunicação, Política e Redes Midiáticas (CP-Redes), bolsista CNPq, e-mail: dsilva.jor@gmail.com

³ *Websurvey* integra tese de doutorado da autora.

Somamos às evidências, dados de uma *websurvey* realizada com jovens de Salvador que se interessam por política (2021), que tratam da participação política desse público nas eleições de 2020 e 2018. O questionário on-line foi aplicado no início de 2021 e envolveu uma amostra constituída de 280 jovens da capital baiana que se interessam por política.

O instrumento de coleta de dados integra tese de doutorado da autora, em andamento, que estuda a relação entre participação política e competências infocomunicacionais de jovens de Salvador, com idade entre 18 e 29 anos. Os dados apresentados aqui foram sistematizados e analisados com foco nas discussões propostas para este artigo.

Juventudes nas ruas e nos ambientes digitais

Ao longo da história da democracia no Brasil, as juventudes têm atuado em ações de participação política que se transformaram em marcos pela luta por direitos coletivos e justiça social (CARRANO, 2002, 2012; GOHN, 2018; BOGHOSSIAN, MINAYO, 2009; SPOSITO, 2009). Nesta década, manifestações políticas juvenis também se destacam no país, tendo as redes sociais on-line como ponto de encontro para as mobilizações que desencadearam na presença expressiva dos jovens nas ruas.

Foi assim com o movimento nacional Passe Livre em 2013⁴ e o movimento de ocupação das escolas públicas (2015 e 2016)⁵, que mobilizaram o debate sobre um possível fortalecimento da participação política da juventude no Brasil (CATINI, MELLO, 2016). Mais recentemente, em 2019, também ocorreram protestos numerosos pelas ruas do país contra os cortes orçamentários na educação pelo governo federal⁶.

⁴ As manifestações do Movimento Passe Livre ocorreram em junho de 2013 contra o aumento da tarifa de transporte público em São Paulo e se disseminaram pelo país. “Tais manifestações aconteceram, inicialmente, sob a bandeira do Movimento Passe Livre (MPL), (MOVIMENTO..., 2000), uma organização formada por jovens e que se declara sem a existência de uma liderança, mas múltiplas vezes que se alternam na busca de mudanças sociais e econômicas que visam beneficiar a população” (BERNARDINI, GOBBI, 2013, p. 111).

⁵ “O processo de mobilização iniciou-se com manifestações de descontentamento e indignação dos estudantes nas redes sociais e se alastrou rapidamente, com abaixo-assinados, protestos, passeatas e, finalmente, ocupações de escolas” (MORAES, XIMENES, 2016, p. 55).

⁶ A manifestação do dia 15 de maio de 2019 ocorreu em mais de 130 cidades de 25 estados e Distrito Federal. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/30/cidades-brasileiras-registram-atos-em-defesa-da-educacao.ghtml>>. Acesso em: 09 jul 2022.

De acordo com Gohn (2018), uma das características das manifestações de protesto no Brasil desde 2013 é a presença dominante de jovens, com perfil de exercício de uma cidadania “civil, cidadã, não institucionalizada” (p. 121). Diferente de Gohn, que visualiza efervescência na participação dos jovens, há quem perceba um afastamento desse público da política (WEIRICH, AZEVEDO, 2020), evidenciado principalmente pela redução do comparecimento eleitoral.

Morais e Jacome (2017) afirmam que os dados sobre a participação política da população brasileira e, em especial dos jovens, em instâncias políticas convencionais (como partidos) e o baixo nível de confiança que depositam nas representações tradicionais da política, como governos, demonstram que este não tem sido o caminho para alicerçar a cultura política cívica no país.

A desconfiança dos jovens em relação à política gera uma ambivalência comportamental que se manifesta nos diferentes níveis de adesão dos cidadãos ao regime. Confiar ou não confiar não se dá dentro de um vácuo, mas resulta do tipo de aprendizado que os jovens internalizam sobre a política e suas instituições. Nesse contexto, assumem centralidade elementos históricos e socioculturais. A introdução de estruturas democráticas, por si só, não conduz ao fortalecimento de uma cultura política democrática, mas é o desempenho dessas instituições que catalisam, ou não, a confiança dos jovens, nelas produzindo, ou não, uma cultura política participativa. (p. 7)

Morais e Baquero (2018), por sua vez, problematizam que o protagonismo dos jovens nos protestos recentes no país não está sendo transformado em

matrizes capazes de catalisar modalidades de participação mais duradouras e objetivas, acabam sendo relegados a um plano secundário, pois a ênfase dos gestores públicos radica na estabilização da economia e não no desenvolvimento de uma cultura política cidadã que privilegie o envolvimento político da população (p. 44).

Ainda assim, desde as eleições presidenciais de 2018, manifestações contra e pró governo continuam mobilizando a participação de jovens, gerando experiências de sociabilidades coletivas e de participação política (MORAIS, MILANEZI, LIMA, 2021). Para Carrano (2012), as formas convencionais de participação juvenil, como atuação em partidos políticos e agremiações estudantis, seguem com valor preservado na arena pública, sendo que passaram a conviver com diferentes coletivos de identidade que emergiram mais próximo do simbólico, do corpóreo, do cultural e das demandas do cotidiano.

Assim, os jovens brasileiros tendem a se engajar mais em causas do que em instituições. O interesse é maior por ações coletivas que permitam o controle dos processos decisórios e com resultados mais imediatos. Como diz Carrano (2012), é preciso reconhecer as novas formas da participação política dos jovens, que envolve a cultura, temáticas do campo simbólico e uso da internet, sem desconsiderar as tradições da militância, seja estudantil, partidária ou sindical.

Menos votos e mais desconfiança nas instituições

A forma mais tradicional de exercer a participação política, o voto, também tem apresentado desafios significativos com o declínio nos índices de comparecimento eleitoral. Quase 30% dos eleitores brasileiros não votaram nas últimas eleições de 2020, quando foram eleitos prefeitos e vereadores⁷.

Essa abstenção foi a maior verificada nas últimas décadas, de acordo com o TSE. Nos processos eleitorais mais recentes (2018, 2016 e 2014), o índice não passou de 21%. Nos demais pleitos para prefeitos e vereadores entre 1996 e 2012, a maior ausência de eleitores ficou próxima de 20%, variando de 16% a 19,99%.

Em Salvador, maior colégio eleitoral da Bahia, os eleitores aptos a votar somaram 1.897.098 em 2020, número inferior em relação à eleição de 2016, quando eram 1.948.154 e pouco superior a 2018 (1.827.436 eleitores) (TSE, 2022)⁸. Já o número de abstenção cresceu na última eleição.

Ao todo, 501.992 eleitores da capital baiana deixaram de votar em 2020, ou seja, 26,46%, enquanto em 2016, 21,24% (413.960 eleitores). Em 2018, os que não compareceram às urnas somaram 12,19%, menos da metade em comparação com a última eleição municipal em 2020.

O perfil geral dos eleitores de Salvador tem predominância do sexo feminino (55,9%), escolaridade entre Ensino Médio Completo (36,8%) e Ensino Fundamental Incompleto (17,76%); maior percentual de idade é de 35 a 39 anos (com 12,79%, seguido

⁷ Segundo o TSE, 29,47% (11,1 milhões de pessoas) não compareceram às urnas em 2020. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/ao-final-do-2o-turno-presidente-do-tse-faz-balanco-das-eleicoes-2020>>. Acesso em: 09 jul 2022.

⁸ Informações disponíveis em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 09 jul 2022.

por 11,59% com idade entre 30 a 34 anos, outros 10,83% com 40 a 44 anos, 9,61% com 25 a 29 anos e 9,52% entre 45 e 49 anos).

A pandemia da Covid-19 foi apontada por autoridades como uma das principais razões para o baixo comparecimento às urnas em 2020⁹. Pesquisas também mostram que os jovens são minoria em pleitos eleitorais quando comparados com os demais segmentos da população (RESNICK, CASALE, 2014).

Entre os jovens de 16 e 17 anos, quando o voto é facultativo, os dados revelam queda expressiva no número de eleitores. Em 2004, eles somavam 2,66 milhões em uma população de 7,17 milhões nessa faixa etária, portanto, taxa de engajamento de 37,09%. Em 2022, são 2,01 milhões de eleitores de 16 e 17 anos para um universo de 6,13 milhões, ou seja, engajamento da ordem de 20%, segundo dados parciais do TSE.

E a perspectiva para as eleições de 2022 era muito mais pessimista. Esperava-se a menor participação dos jovens entre 16 e 18 anos desde o retorno à democracia brasileira por conta das baixas adesões nas últimas duas eleições. Mas campanhas focadas nesse público mudaram o rumo previsto em 90 dias. As campanhas foram direcionadas para os jovens que não tinham o título de eleitor e, após vencer o prazo para emissão do documento em maio de 2022, passaram a enfatizar a importância do comparecimento às urnas em outubro.

O primeiro impulso veio do TSE com o “Rolê das Eleições”¹⁰. Somente nos dois primeiros dias da campanha do TSE, 90 mil novos títulos foram emitidos para eleitores jovens. “Esses novos eleitores e eleitoras não têm a obrigação de votar, mas optaram por participar da vida política do país por meio da escolha de candidatas e candidatos que os representarão pelos próximos anos.”, celebrou o presidente da Corte, ministro Edson Fachin¹¹.

⁹ Entrevista com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, pode ser conferida no site do Senado: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/30/especialistas-analisam-abstencao-recorde-nas-eleicoes-de-2020>>. Acesso em: 09 jul 2022.

¹⁰ Entre os dias 14 e 18 de março de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou a Semana do Jovem Eleitor de 2022 para conscientizar as pessoas de 15 a 18 anos incompletos sobre a importância do primeiro voto. Mais informações disponíveis em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2022/Marco/semana-do-jovem-eleitor-mobiliza-tse-e-tres-para-incentivar-a-juventude-a-tirar-o-primeiro-titulo>>. Acesso em: 09 jul 2022.

¹¹ Declaração do presidente do TSE, ministro Edson Fachin, está disponível no site <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2022/Abril/numero-de-novos-titulos-eleitorais-entre-jovens-cresceu-quase-28-de-fevereiro-para-marco>>. Acesso em: 09 jul 2022.

Outras campanhas foram surgindo e ganhando adesões de artistas pelas redes sociais (Anitta¹², Juliette, Luísa Sonza, Larissa Manoela, Bruna Marquezine, Whindersson Nunes e Zeca Pagodinho), atores internacionais (como Leonardo de Caprio¹³ e Mark Ruffalo¹⁴) e de diversos segmentos da sociedade.

Os jovens também entraram na mobilização, criando campanhas próprias¹⁵, e organizações da sociedade civil, como a Girl Up Brasil, que lançou "Seu voto importa". "A nossa campanha tem uma preocupação muito grande em fazer um chamado horizontal, de jovem para jovem", comentou a diretora, Letícia Bahia¹⁶.

Outras campanhas também tiveram grande repercussão e viralizaram com o apoio de artistas, como a "Olha o Barulhinho"¹⁷ e a "Cada voto conta"¹⁸, definida como "uma campanha em defesa à democracia e da participação dos jovens. No começo do ano, a narrativa era 'o jovem não se importa com a política, o jovem não se importa com eleições', e agora a narrativa é 'o jovem reagiu, deu a volta por cima e vai fazer história na eleição de 2022'", aposta a diretora-executiva da organização Nossas, Daniela Orofino, responsável pela campanha "Cada voto conta", que envolveu mais de 30 organizações¹⁹.

Até a data-limite para regularização do título de eleitor, 4 de maio de 2022, 2,04 milhões de jovens se registraram para votar em 2022, de acordo com balanço parcial do TSE. Esse resultado representa crescimento de 47,2% na adesão registrada em 2018 e 57,4% maior do que em 2014.

¹² Entre os artistas brasileiros, a cantora Anitta foi uma das mais engajadas na campanha via Twitter. Na época, ela tinha 16,9 milhões de seguidores. Em uma das postagens, ela escreveu: "Vamos lá galera! Vocês ficam falando 'Anitta, faz alguma coisa', mas não dá pra salvar o país sozinha, não. Faz esse [título de eleitor](#) aí logo!". Disponível em: <@Anitta>. Acesso em: 09 jul 2022.

¹³ Leonardo de Caprio se manifestou pelo Twitter várias vezes para seus 19,6 milhões de seguidores à época. A primeira delas foi em 28 de abr de 2022: "O Brasil é o lar da Amazônia e outros ecossistemas críticos para as mudanças climáticas. O que acontece lá importa para todos nós e votação entre jovens é chave em motivar mudanças por um planeta saudável". Disponível em: <@LeoDiCaprio>. Acesso em: 09 jul 2022.

¹⁴ Mark Ruffalo usou o Twitter para enviar sua primeira mensagem aos jovens no dia 26 de abr de 2022, quando tinha 8 milhões de seguidores: "Hei, amigos no Brasil! Se você tem 16 ou 17 anos, certifique-se de registrar para votar antes do fim do prazo, no dia 4 de maio. O que acontece no Brasil importa para todos nós. Seu voto é seu poder. Use seu poder.". Disponível em: <@MarkRuffalo>. Acesso em: 09 jul 2022.

¹⁵ Exemplos de jovens que produziram vídeos para impulsionar a campanha sobre a emissão de título de eleitor por seus pares: @walterlimaalves; @maluparis; @raphaelviicente.

¹⁶ Girl Up Brasil <<https://seuvotoimporta.org/>>. Entrevista com a diretora, Letícia Bahia, disponível em: <<https://www.terra.com.br/nos/campanha-criada-por-adolescentes-impulsiona-voto-jovem-no-brasil,c29f694419a0428a6eb3fff642f4fc863flt8mzw.html>>. Acesso em: 09 jul 2022.

¹⁷ A campanha Olha o Barulhinho está disponível em: <<https://www.olhaobarulhinho.com/>>. Acesso em: 09 jul 2022.

¹⁸ A campanha Cada Voto Conta está disponível em: <<https://www.cadavotoconta.org.br/>>. Acesso em: 09 jul 2022.

¹⁹ Entrevista concedida à BBC News, disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61347034>>. Acesso em: 09 jul 2022.

Entre os jovens de Salvador, o efeito das campanhas também foi expressivo: 27.123 jovens de 16 e 17 anos emitiram o título de eleitor até o dia 25 de maio de 2022, às 14h25. Os dados são parciais, com previsão de acréscimo até final de julho de 2022, quando está prevista a apuração e divulgação final dos pedidos de novos títulos²⁰.

No comparativo com o ano de 2020 (quando foram emitidos apenas 5.355 títulos), o resultado deste ano é pouco mais de cinco vezes superior, é mais do dobro em relação à eleição de 2018 (13.422 novos documentos) e pouco menos do que o dobro quando confrontado com 2016 (14.119 novos títulos).

Apesar desse forte impulsionamento, o número de novos eleitores jovens brasileiros em 2022 é inferior ao registrado há uma década. Em 2012, 2.603.094 pessoas dessa faixa etária solicitaram o título de eleitor. O analista do TSE e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político, Diogo Cruvinel, explica que a razão é o envelhecimento da população: “A pirâmide etária está se invertendo”,²¹ além de apontar a pandemia e o tipo de eleição, afirmando que as eleições municipais apresentam maior comparecimento nas urnas, pela proximidade com os candidatos²².

O presidente do TSE, Edson Fachin, comentou que o resultado parcial de maio de 2022:

[...] superou todos os recordes já registrados pela Justiça Eleitoral.[...] Vimos, como há muito não se via, um país unido pelo bem e fortalecimento da democracia. Por isso, agradeço a cada um, influenciador ou não, famoso ou não, brasileiro ou não, jovem ou não, que criou conteúdos nas redes sociais para chamar a atenção de todos para a regularização do título. Houve também aqueles que foram além do virtual e disponibilizaram conhecimento, tempo, computadores e acesso à internet para viabilizar o atendimento remoto de tantos que precisam de ajuda.²³

Em relação as demais faixas etárias de jovens de Salvador, particularmente o foco de nossa pesquisa de doutorado (18 a 29 anos), também houve aumento no número

²⁰ Os dados são parciais e foram fornecidos pelo TRE-BA no dia 27 de maio de 2022, após pedido da autora via ouvidoria, canal de Solicitação de Acesso de Informação (LAI) e Exercício de Direito (LGPD).

²¹ Declaração do analista do TSE, Diogo Cruvinel, disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/jovens-de-todo-o-pais-falam-sobre-1a-vez-nas-urnas-prazo-para-tirar-titulo-vai-ate-quarta/>>. Acesso em: 09 jul 2022.

²² Entrevista com o analista do TSE, Diogo Cruvinel, foi publicada pelo UOL. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/04/05/brasil-tem-menor-numero-de-jovens-com-titulo-de-eleitor-desde-2004.htm>>. Acesso em: 09 jul 2022.

²³ Discurso do presidente do TSE, Edson Fachin, em 05 de maio de 2022, disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/discurso-edson-fachin-fechamento-do-cadastro-em-05-05-2022/rybena_pdf?file=https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/discurso-edson-fachin-fechamento-do-cadastro-em-05-05-2022/at_download/file>. Acesso em: 09 jul 2022.

emissão de título de eleitor: 33.270 pessoas com idade entre 18 e 24 tiraram o documento e um número muito menor de eleitores com idade entre 25 e 29 anos, 709.

Ainda que sejam dados parciais, já são três vezes maiores do que os registrados pelo TRE-BA em 2020. Em relação a 2018, houve aumento apenas na população de 18 a 24 anos e, no comparativo com 2016, crescimento mais alto em termos proporcionais entre aqueles com 25 a 29 anos.

As campanhas de 2022 de incentivo à participação dos jovens revelaram o quanto é possível engajá-los, quando são considerados públicos de interesse no processo democrático e quando há mobilização consistente da sociedade. Porém, falta ainda conferir, em outubro de 2022, a real presença nas urnas. As campanhas mencionadas passaram a focar nesse desafio.

Os números do TRE-BA revelam que o universo de eleitores jovens (16 a 29 anos) sofreu redução nas últimas três eleições (2020, 2018 e 2016), com uma queda mais brusca quando comparados os segundos turnos das eleições para prefeito em 2020 frente a 2016: 461.925 contra 522.484, respectivamente. A maior queda foi entre a faixa etária cujo voto é opcional (16 a 17 anos): 42.489 ante 75.404.

Há quantitativo maior em 2020 apenas dos eleitores com 25 a 29 anos: 167.282 contra 161.278, também no segundo turno. Esses dados podem ser reflexo do foco das campanhas, que tendiam a priorizar o estímulo à participação dos eleitores com maior idade. Em termos proporcionais, são os jovens de 18 a 24 anos os que mais comparecem à urna em Salvador, o que é convergente com os achados de nossa *websurvey*.

Por outro lado, especialistas também advertem que os percentuais de baixa participação eleitoral revelam desilusão de parte expressiva do eleitorado com a política brasileira. Esse fenômeno tem sido evidenciado pelos crescentes índices de desconfiança nos líderes políticos, partidos e em outras instituições. (MOISÉS, CARNEIRO, 2008; NORRIS, 1999; RUSSO, 2016; RUSSO, AZZI, FAVERI, 2018).

Autores relacionam o baixo nível de credibilidade das instituições democráticas às mudanças para os valores pós-industriais, centrados no indivíduo e não na comunidade; ao sentimento de impotência política; ao desempenho econômico e social do governo; ao tipo de socialização política, ao nível de escolaridade e ao consumo de mídia (CAMARGO, 2020; MOISÉS, CARNEIRO, 2008; NORRIS, 1999, 2004; RUSSO, AZZI, FAVERI, 2018).

Alguma dose de descrédito diante das instituições pode retratar certo distanciamento necessário para uma visão crítica dos cidadãos (NORRIS, 1999). No entanto, avaliações muito duras podem significar risco para a continuidade ou a estabilidade do regime democrático, caso a população passe a legitimar formas alternativas à democracia para resolver desafios sociais, já alertava Easton (1968).

“De modo geral, boa parte da literatura que tratou do tema se apoiou nas conhecidas formulações de Max Weber, segundo as quais, a legitimidade atribuída às instituições políticas pelos cidadãos é uma dimensão crucial do funcionamento da vida política e, no caso do regime democrático, particularmente mais importante” (MOISÉS, CARNEIRO, 2008, p.10).

Na opinião de Russo, Azzi e Faveri (2018), “Esses resultados indicam, portanto, a importância da socialização como modelador de atitudes favoráveis às instituições. Seguindo esse resultado, maiores níveis de participação devem ser vistos como um bom sinal para a afirmação de valores democráticos”. (p. 383).

Moisés e Carneiro (2008) complementam lembrando que o ato de votar não assegura a realização das aspirações dos cidadãos. São as instituições de representação, de justiça e de formulação e execução de políticas públicas responsáveis pela distribuição de poder, com participação dos cidadãos na tomada de decisões da vida pública.

***Websurvey* revela sentimentos de interesse e eficácia política**

No início de 2021, aplicamos um questionário on-line com jovens da capital baiana que se interessam por política para conhecer como esse segmento populacional exerce o direito à participação política. A amostra, pré-definida em 280 jovens, distribuídos proporcionalmente à população das 10 Prefeituras-Bairros de Salvador²⁴, além de estratificados por gênero, alcançou 65,8% dos 170 bairros da cidade²⁵.

Do total de entrevistados, 52% são do gênero feminino, 44% masculino e 4% não binário, com faixa etária predominante dos 18 aos 24 anos (74% dos entrevistados) e 26% com idade entre 25 e 29 anos. A coleta de dados foi realizada via *websurvey* por conta do isolamento social imposto pela Covid-19.

²⁴ As Prefeituras-Bairro foram instituídas pelo PDDU - Lei 9148/2016.

²⁵ Os 170 bairros de Salvador foram instituídos pela lei 9278/2017 e pelo decreto municipal 32.791/2020.

Vale ressaltar que a *survey* científica é um instrumento de investigação que colhe dados de uma população específica. É uma alternativa ao censo, por envolver um número menor, porém representativo, de indivíduos, com custo e tempo reduzidos. Os resultados podem ser descritos e analiticamente explicados. (BABBIE, 2012).

É também considerado um método fundamental de coleta de dados para as ciências sociais e humanas e com destaque para análise de processos democráticos (BRADY, 2000). As *websurveys* começaram a ser usadas a partir da década de 90 por diferentes áreas do conhecimento, como Ciências Sociais, Políticas, do Comportamento e da Comunicação e se tornaram mais acessíveis há cerca de 10 anos (CARLOMAGNO, 2018).

A *websurvey* aplicada como parte de nossa pesquisa de doutorado permitiu coletar dados primários à distância, porém não são considerados métodos probabilísticos de amostragem, em função de, pelo menos, cinco limitações, apontadas por De Boni (2020): (1) cobertura de internet não é garantida para toda a população brasileira; (2) não existe cadastro único de usuários da internet; (3) a quantificação da não-resposta; (4) o viés de seleção; e (5) um mesmo participante pode responder mais de uma vez ao questionário.

Contudo, Atkinson e Flint (2001) explicam que essa técnica favorece a participação de grupos sociais mais impenetráveis, tais como elites ou setores mais vulneráveis e socialmente estigmatizados. Para garantir que nossa pesquisa contemplasse jovens com dificuldade de conexão, parceiros que trabalham com este público foram mobilizados, com resultados efetivos na amostra.

A pesquisa empírica foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal da Bahia, atendendo a Resolução 510/2016²⁶, e aprovada, segundo o CAAE: 39060020.6.0000.8035.

Com relação aos resultados da pesquisa, uma das perguntas buscou identificar o nível de motivação dos entrevistados para o tema. Assim, a partir de uma escala de cinco níveis de interesse (extremamente pouco, pouco, nem pouco nem muito, muito e extremamente muito), a maioria dos entrevistados (61,8%) indicou alto interesse (muito ou extremamente muito).

Como destaca Vita (2004), o interesse por política é um dos motores para a participação ocorrer, ou seja, “[...] O mais provável é que só estejam motivados a isso

²⁶ Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 09 jul 2022.

aqueles que têm preferências intensas sobre determinadas áreas da política pública” (p. 117), comenta o autor se referindo à disposição do indivíduo de se integrar ao debate de natureza política.

Estudos mostram que, normalmente, os níveis de interesse por política dos jovens são tímidos, com uma média abaixo de 20% de interesse (MORAIS, 2017). “Com estes dados, novamente se reforça a importância do engajamento político e de como participar é também educador, visto que aproxima o jovem da política e o incentiva na construção de valores democráticos enquanto cidadãos” (MORAIS, MILANEZI, LIMA, 2021, p. 22).

Nossa pesquisa evidencia, portanto, que conseguimos alcançar o público específico desejado (que se interessa por política), além de mensurarmos o nível desse envolvimento com o tema.

Tabela 04 - Nível de interesse por política

Variáveis	N = 280
Nível de interesse por política, n (%)	
<i>EXTREMAMENTE POUCO</i>	12 (4; 4)
<i>POUCO</i>	16 (6; 6)
<i>NEM POUCO NEM MUITO</i>	79 (28; 28)
<i>MUITO</i>	126 (45; 45)
<i>EXTREMAMENTE MUITO</i>	47 (17; 17)

Fonte: pesquisa da autora

Outra variável relevante para entender a motivação dos jovens para a participação política é a eficácia política, ou seja, o entendimento que o indivíduo tem sobre a própria capacidade de influenciar o jogo ou decisões políticas e promover mudança política e social (ALMOND, VERBA, 1963). Como aponta Zhang e colegas (2010), o sentimento de eficácia é uma das condições para a participação.

Os jovens responderam a partir de uma escala entre discordo totalmente, discordo, não concordo nem discordo, concordo e concordo totalmente. O resultado mostrou que os entrevistados nutrem o sentimento de alta eficácia política: 83% consideram que a

participação política deles pode ajudar a promover mudanças na cidade e no país (concordo e concordo totalmente). Em relação à própria vida, 81% acreditam que a participação política deles também pode ajudar a melhorá-la (concordo e concordo totalmente).

O que sustenta a teoria de que o sentimento de eficácia ou a chamada competência cidadã subjetiva (ALMOND, VERBA, 1963) é coerente com o interesse por política. Para participar politicamente, o jovem precisa acreditar que pode influenciar o sistema político, ou seja, as próprias ações farão diferença na política.

Tabela 05 - Eficácia Política

Variáveis	N = 280
Eficácia Política, n (%)	
<i>NENHUMA</i> <i>EFICÁCIA</i> <i>POLÍTICA</i>	3 (1; 1)
<i>BAIXA EFICÁCIA</i> <i>POLÍTICA</i> <i>MODERADA</i> <i>EFICÁCIA</i> <i>POLÍTICA</i>	6 (2; 2)
<i>ALTA EFICÁCIA</i> <i>POLÍTICA</i> <i>ALTÍSSIMA</i> <i>EFICÁCIA</i> <i>POLÍTICA</i>	28 (10; 10)
	113 (40; 40)
	130 (46; 46)

Fonte: pesquisa da autora.

Em relação à forma mais tradicional de participação política, o voto, questionou-se se o jovem faria uso desse direito caso não fosse obrigatório a partir dos 18 anos. A grande maioria, 76,4%, garantiu que sim. Outros 15% disseram não e 8,6% responderam não saber. Na prática, nas últimas duas eleições de 2018 e de 2020, os resultados da pesquisa mostram que o mesmo percentual de jovens exerceu o direito ao voto, 61%.

Ou seja, 39% dos jovens com faixa etária obrigatória para votar, mesmo se autodeclarando interessados em política, não exerceram esse direito nas urnas. Esses resultados reforçam a preocupação de Resnick e Casale (2014) quando garantem que os jovens são menos presentes nas urnas em relação ao restante da população, e que isso é um dos riscos para a estabilidade política em um regime democrático.

Em 2022, todavia, a ampla mobilização mencionada da sociedade já apresentou resultados expressivos em torno da emissão de novos títulos de eleitores por parte dos jovens entre 16 e 18 anos: aumento em torno de 50% em relação a 2018 e 2020. Contudo,

ainda falta conhecer o efeito desse movimento nas urnas em outubro de 2022, lembrando que o voto é “uma das atividades políticas mais ubíquas” embora exerça “pressão difusa sobre representantes e partidos eleitos, com um resultado amplo que afeta todos os cidadãos” (NORRIS, 2004, p. 3, tradução nossa).

Tabela 06 - Voto obrigatório

Variáveis	N = 280
Voto obrigatório, n (%)	
<i>NÃO</i>	42 (15; 15)
<i>SIM</i>	214 (76; 76)
<i>NÃO SEI</i>	24 (9; 9)

Fonte: pesquisa da autora.

Conclusão

Os resultados da *websurvey* evidenciam que há um desejo latente nos jovens de fazerem parte dos processos políticos e, quando valorizados nas campanhas de mobilização de 2022, demonstraram engajamento e aumentaram os números de emissão de títulos de eleitores (TSE, TRE-BA, 2022).

As respostas nas urnas ainda serão conhecidas em outubro de 2022, quando ocorrerão as eleições. No entanto, as evidências até o momento atestam um sentimento positivo em relação à participação política e um comportamento ativo dos jovens pós campanhas para retirada de títulos.

E em ambos os levantamentos, os ambientes digitais se mostraram possibilidades potentes de mobilização e escuta das juventudes. Isso demonstra que a comunicação com os jovens, via tecnologias digitais, precisa ser cada vez mais estudada e explorada para se entender a relação de sociabilidade e comportamento político desse segmento populacional.

De todo modo, uma cultura política mais participativa, de qualquer segmento populacional, depende da sobrevivência e fortalecimento da democracia, incentivo ao exercício da cidadania, experiências positivas e motivações, além de investimentos contínuos em canais, oportunidades e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, para citar algumas prioridades.

Esperamos que este artigo possa despertar um olhar mais atento para o potencial de participação das juventudes. Como sujeitos de direitos, elas devem fazer parte, efetivamente, da construção de soluções para os desafios hoje postos em termos de ameaças à democracia e de amadurecimento desse regime também juvenil.

Referências bibliográficas

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ATKINSON, Rowland; FLINT, John. Accessing hidden and hard-to-reach populations: Snowball research strategies. In: *Social Research Update*, vol. 33, 2001.

BERNARDINI, Gleice; GOBBI, Maria Cristina. Levante popular da juventude brasileira: saímos do Facebook. *Revista Mediação*, Belo Horizonte, v. 15, n. 17, jul./dez. de 2013.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*, v. 18, n.3, p. 411-423, 2009.

BRADY, Henry. Contributions of Survey Research to Political Science. *Political Science and Politics*, v. 33, n. 1, p. 47-57, 2000.

CAMARGO, Aline Cristina. Usos e apropriações de tecnologias digitais para a participação político-cidadã: perspectivas das juventudes brasileiras. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação, 2020.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha. Conduzindo pesquisas com questionários online: Uma Introdução as Questões Metodológicas. *Estudando cultura e comunicação com mídias sociais*, p. 31, 2018.

CARRANO, P. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. *Revista O Social em Questão*, ano XV, n. 27, p. 83-100, 2012.

CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. Escolas de luta, educação política. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, nº. 137, p. 1177-1202, 2016.

DE BONI, Raquel Brandini et al. Web surveys in the time of COVID-19. 2020.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade—uma nova cultura de participação. *Caderno CRH*, v. 31, n. 82, p. 117-133, 2018.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, p. 1-42, 2008.

MORAES, C.S.V.; XIMENES, S.B. Políticas educacionais e a resistência estudantil. *Educação & Sociedade*. São Paulo, 2016.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. *Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; JACOME, César Marcello Baquero. *O PAPEL DA INTERNET NA SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA: A construção de uma cultura política juvenil no Sul do Brasil*. Compolítica, Porto Alegre, 2017.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; BAQUERO, Marcello. A internet e a (des) politização dos jovens brasileiros. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n. 25, p. 33-62, 2018.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; MILANEZI, Felipe Silva; LIMA, Caroline Oliveira Neves de. Participação política da juventude do Sul do Brasil: um perfil do jovem participativo. *Juventude*, br, v. 19, n. 1, p. 16-24, 2021.

NORRIS, P. *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1999.

NORRIS, P. *Young People & Political Activism: From the Politics of Loyalties to the Politics of choice?* Council of Europe. 2004.

RESNICK, Danielle; CASALE, Daniela. Young populations in young democracies: Generational voting behaviour in sub-Saharan Africa. *Democratization*, v. 21, n. 6, p. 1172-1194, 2014.

RUSSO, G. “Em meio às crises no Brasil, respeito pelas instituições políticas é baixo e declinante”. *Barômetro das Américas: Actualidades*, 1 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/ITB025po.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

RUSSO, Guilherme A.; AZZI, Roberta Gurgel; FAVERI, Charlene. Confiança nas instituições políticas: diferenças e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. *Opinião Pública*, v. 24, p. 365-404, 2018.

SPOSITO, M. P. (Org.). *O campo de estudos de juventude no Brasil: Estado da Arte (1999-2006)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VITA, Álvaro. Democracia deliberativa ou igualdade equitativa de oportunidades. In: V. Schattan Coelho e M. Nobre. (eds.). *Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora, v. 34, p. 107-130, 2004.

WEIRICH, Fernanda; DE AZEVEDO, Domingos Sávio Campos. O que tem afastado os jovens da participação política? Uma análise do caso de São Borja-RS. *Conversas & Controvérsias*, v. 7, n. 1, p. e35149-e35149, 2020.

ZHANG, W. et al. The Revolution Will be Networked: The Influence of Social Networking Sites on Political Attitudes and Behavior. *Social Science Computer Review*, v. 28, n. 1, p.75-92, 2010.